

5 PLANO DE AÇÃO PARA 2005

5.1 No âmbito governamental

Ações	Metas
1 - Pleitear, junto ao CODES, a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do RS;	1 - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do RS elaborado, até 31/12/2005.
2 - Defender a implantação efetiva de Programas de Integração de Políticas Públicas, a exemplo do Programa de Inclusão Total;	2 - Pelo menos, mais um programa implantado, até o final de 2005.
3 - Propor um Grupo de Trabalho Governo/ COREDES para implantar a regionalização administrativa do Estado, de acordo com as regiões coredianas;	3 - Nova regionalização implantada até o final do mandato do atual Governo do Estado (31/12/2006);
4 - Reativar a Comissão COREDES/ Governo para aperfeiçoar o PPP e agilizar a execução orçamentária;	4 - Execução dos projetos do PPP 2004/2005 concluída, até 30/06/2006;
5 - Retomar e rediscutir o protocolo de criação do Fórum Democrático;	5 - Protocolo retomado, até 30/07/2005;
6 - Buscar uma maior integração com a Bancada Federal, visando garantir uma maior contribuição dos COREDES na formulação das políticas públicas e recursos no Orçamento Federal para projetos de interesse regional;	6 - No mínimo, uma reunião com a Bancada Federal, em 2005;
7 - Estabelecer uma interlocução com o Governo Federal para ampliar a participação dos COREDES em Programas de interesse das regiões.	7 - No mínimo, um evento de interlocução, mediado pelo representante de cada macrorregião.

5.2 No Âmbito dos COREDES

Ações	Metas
1 - Elaborar ou revisar o Plano Estratégico, em cada Região;	1 - Plano Estratégico de Desenvolvimento atualizado, nos 24 COREDES, até 31/12/2005;
2 - Elaborar o PrÓ - RS III	2 - PRÓ-RS III Publicado até março/2005;
3 - Revisão do Estatuto de cada COREDE, ampliando a representatividade social e territorial e adequando-o ao novo Código Civil;	3 - Estatuto atualizado nos 24 COREDES, até 30/12/2005;
4 - Elaborar Projetos Estruturantes, nas regiões coredianas;	4 - No mínimo, um projeto implantado em cada COREDE, em 2005;
5 - Implantar ou fortalecer as Comissões Setoriais em cada COREDE: 1- ampliar a representatividade na composição das Comissões Setoriais; 2- sistematizar, documentar e divulgar a produção das Comissões Setoriais;	5 - No mínimo, quatro Comissões Setoriais: social, econômica, ambiental e infraestrutura, até 30/04/2005;
6 - Estabelecer parcerias com instituições regionais para apoiar a atuação dos COREDES e fortalecer sua autonomia;	6 - No mínimo, uma parceria firmada em 2005;
7 - Implantar o COMUDE em todos os Municípios;	7 - COMUDE instalado nos 496 municípios gaúchos, até 30/04/2005;
8 - Realizar Cursos de Capacitação para o PPP dos membros dos COREDES e COMUDES;	8 - No mínimo, um curso em cada COREDE, até 15/05/2005;
9 - Elaborar um Boletim Eletrônico para divulgação das ações do Fórum e dos COREDES;	9 - INFORMATIVO COREDES-RS implantado, até 30/08/2005;
10 - Iniciar a organização da documentação da memória dos COREDES;	10 - Publicação do 3º volume do PRO-RS II, até 31/03/2006 (replanejado/enriquecido);
11 - Homenagear pessoas que, ao longo do tempo, foram destacadamente importantes para o processo corediano.	11 - Um homenageado, em 2005.



A Organização Social do Desenvolvimento Regional

PLANO DE AÇÃO 2005



A Organização Social do Desenvolvimento Regional



A Organização Social do Desenvolvimento Regional

PLANO DE AÇÃO 2005



A Organização Social do Desenvolvimento Regional

O Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul COREDES-RS, anualmente, promove o Encontro de Avaliação e Planejamento para avaliar as realizações do ano anterior e planejar sua atuação para o ano que se inicia. Esse encontro é programado sempre para o mês de fevereiro e, em 2005, realizou-se nos dias 24, 25 e 26/02, no Centro de Eventos do município de Nova Petrópolis. Os resultados dos trabalhos do Encontro foram reunidos no presente documento que ora é publicado para ampla circulação em todo o território gaúcho.

1 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA AÇÃO COREDIANA PARA 2005

1.1 Contribuir para a organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul, através da consolidação dos COMUDES, REDENEP-RS, Comissões Setoriais dos COREDES, Comitês de Bacias Hidrográficas e da implantação de Agências Regionais de Desenvolvimento, Agência de Fomento, parcerias regionais e da articulação disso tudo com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social CODES.

1.2 Planejar, cooperativa e regionalmente, o processo de desenvolvimento, através de Diretrizes e Estratégias Regionais de Desenvolvimento, Planos Estratégicos Regionais de Desenvolvimento, Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual Regionalizado e Políticas Setoriais Regionalizadas.

1.3 Fortalecer a ação corediana através da:

- defesa da manutenção, consolidação e ampliação, pelo Governo do Estado, do Processo de Participação Popular, das ações voltadas ao combate das desigualdades regionais, do FUNDOPEM INTEGRAR-RS e, pela Assembleia Legislativa, da Comissão de Participação Legislativa Popular, ampliada com a temática do desenvolvimento regional;

- manutenção do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional;

- demanda de uma atuação mais articulada do Governo do Estado nas regiões e da compatibilização da regionalização administrativa do Estado com as regiões coredianas;

- defesa da continuidade das políticas públicas de interesse para o desenvolvimento regional;

- busca de maior sintonia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul -UERGS com as necessidades do desenvolvimento de cada região;

- reivindicação de apoio logístico, cedência de pessoal e recursos financeiros para aumentar a capacidade operacional dos COREDES.

Espera-se, com o PLANO DE AÇÃO 2005, contribuir para ampliar e qualificar, em especial, a ação corediana e, em geral, as nossas parcerias.

Nova Petrópolis, 26 de fevereiro de 2005.

Flavio Miguel Schneider
Presidente do Fórum dos COREDES/RS



A Organização Social do Desenvolvimento Regional

CARTA DE NOVA PETRÓPOLIS



A Organização Social do Desenvolvimento Regional

2 - VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS DOS COREDES

2.1 Visão Integrar os agentes sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem protagonistas de seu processo de desenvolvimento local/regional.

2.2 Missão Constituir-se em espaço plural e aberto de construção de parcerias, com vistas à articulação das estratégias de desenvolvimento das regiões do Rio Grande do Sul.

2.3 Objetivos:

I formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;

II - constituir-se em instância de regionalização das estratégias e ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição Estadual;

III - avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado;

IV estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos e na execução do processo de desenvolvimento gaúcho;

V intensificar a construção da organização social do processo de desenvolvimento regional;

VI difundir a filosofia e a prática da cooperação no pensar e no fazer o desenvolvimento regional;

VII promover a educação política para o fortalecimento da cidadania, com reconhecimento e respeito às diversidades.

3 OS COREDES E OS CENÁRIOS NACIONAL E ESTADUAL PARA 2005

3.1 - Cenário Nacional

Reavaliação de posições quanto aos temas centrais da pauta político-administrativa;

Tendência ao acirramento das disputas políticas, devido às eleições de 2005;

Manutenção do ritmo de crescimento da economia;

Continuidade do ajuste fiscal e das restrições de gastos, em parte compensados pela

necessidade de apresentar resultados; face à proximidade do ano eleitoral;

Perspectivas, em geral, favoráveis para o Programa das Mesorregiões;

Possibilidade de abertura de novos espaços para a cooperação entre os COREDES e a área federal.

3.2 - Cenário Estadual

Acirramento das disputas políticas, com a aproximação das eleições de 2005;

Permanência das dificuldades de gerenciamento da crise estrutural das finanças públicas estaduais;

Necessidade, de um lado, e dificuldades, de outro, para o fortalecimento da autonomia e da organização dos COREDES, COMUDES, Fórum dos COREDES e Fóruns das Mesorregiões.

4 AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2004

4.1 - No âmbito governamental

PONTOS POSITIVOS

1) Implantação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social CODES;
2) Determinação firme, por parte do Governador e do Vice-Governador, quanto à prioridade para a execução dos projetos do Processo de Participação Popular, em relação à dos demais projetos de governo;

3) Empenho do Vice-Governador e equipe nas relações institucionais com os COREDES;

4) Manutenção do Processo de Participação Popular - PPP, com alguns avanços;

5) Qualificação da peça orçamentária, com identificação, por região, dos projetos da Consulta Popular;

6) Viabilização de reempenho, em 2005, dos projetos da Consulta Popular não realizados em 2004;

7) Repasse integral dos recursos de custeio destinados à manutenção dos COREDES;

8) Manutenção do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional;

9) Respeito, por parte da Assembléia Legislativa, às prioridades votadas pelas comunidades na Consulta Popular de 2004;

10) Apoio da maioria dos prefeitos ao trabalho dos COREDES, principalmente ao PPP e aos COMUDES;

11) Apoio da maioria dos legislativos municipais à criação dos COMUDES;

12) Ampliação da parceria com o Governo Federal, principalmente com o Ministério da Integração Nacional, através do programa das Mesorregiões.

PONTOS NEGATIVOS

1) Falta de avanços e alguns retrocessos na adequação da regionalização da Administração Estadual à regionalização dos COREDES;

2) Tomadas de decisões importantes, pelo Governo do Estado, sem discussão com a sociedade, como: aumento de impostos, prorrogação da bidirecionalidade dos pedágios, não realização do vestibular em alguns cursos da UERGS;

3) Extinção da Secretaria de Combate às Desigualdades Regionais, frustrando as expectativas criadas por sua implantação;

4) Falta de uniformização e sinergia, por parte das Secretarias Estaduais, nas relações com os COREDES, dificultando os encaminhamentos;

5) Atraso no início do PPP 2004;

6) Engessamento dos programas e recursos da Consulta Popular;

7) Pouca participação do Governo do Estado nas Assembléias do PPP;

8) Muito baixa, lenta e truncada execução dos projetos da Consulta Popular 2003;

9) Não observância da prioridade de execução de projetos da Consulta Popular, por parte da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, DAER e CEEE;

10) Desrespeito para com o povo gaúcho e descaso, por parte da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, quanto à execução dos Projetos da Consulta Popular 2003;

11) Interlocutores das Secretarias do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento não cumpriram integralmente seu papel na execução dos projetos eleitos no PPP 2003;

12) Precariedade das informações sobre a execução orçamentária, em especial dos projetos da Consulta Popular;

13) Falta de disposição do Governador do Estado para realizar reunião de trabalho com o Fórum dos COREDES-RS;

14) Apreciação de temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado pela Assembléia Legislativa, sem um amplo debate com a sociedade gaúcha, como o aumento do ICMS;

15) Organização inadequada da dinâmica das audiências do Fórum Democrático, aliada à baixa participação dos Deputados;

16) Reduzida participação dos Legislativos Municipais, Estadual e Federal nas atividades dos COREDES;

17) Persistência, no conjunto dos prefeitos, de uma visão municipalista, em detrimento da visão regional;

18) Baixa participação dos prefeitos e, mais ainda, dos vereadores nas atividades dos COREDES;

19) Interação muito baixa entre os COREDES e a Bancada Federal;

20) Parceria com a área federal restrita apenas ao programa das Mesorregiões e aos Diálogos de Concertação;

21) Reduzida visibilidade dos programas federais pró-desenvolvimento regional.

SUGESTÕES

1) Cobrar a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Estado, com ampla participação social;

2) Cobrar do Governo a regionalização plena do Orçamento Estadual e um sistema eficiente para acompanhamento de sua execução;

3) Cobrar do Governo a adequação da regionalização administrativa do Estado à dos COREDES;

4) Reafirmar a importância da integração das políticas de Governo e da criação dos Fóruns Regionais de Governo;

5) Ampliar e qualificar as relações entre Governo e COREDES;

6) Desengessar o PPP, no que se refere a rubricas, programas e montantes de recursos, mantendo apenas as vinculações institucionais;

7) Solicitar maior presença do Governo no PPP técnicos das áreas para esclarecer recursos e projetos;

8) Simplificar e racionalizar o software Sistema de Gerenciamento da Consulta Popular;

9) Garantir junto ao Governo a execução dos projetos da Consulta Popular dentro do respectivo exercício orçamentário;

10) Garantir junto ao Governo a desburocratizar da execução dos projetos da Consulta Popular, com utilização de formulários-padrão por todas as Secretarias do Estado;

11) Assegurar a continuidade do programa de capacitação de atores sociais, mediante parceria entre Governo e COREDES;

12) Cobrar da UERGS a retomada, em 2006, do vestibular nos cursos/regiões coredianas em que não foi realizado em 2005, e implantar a UERGS nas regiões em que ela ainda está ausente;

13) Pleitear a realização de uma reunião ordinária, por semestre, do Fórum dos COREDES com o Governador;

14) Ampliar os recursos de custeio dos COREDES;

15) Aumentar o diálogo e a parceria com os Legislativos Estadual e Municipais, pleiteando a superação das dificuldades detectadas;

16) Buscar uma maior integração com as Associações de Municípios;

17) Ampliar e diversificar a parceria com o Governo Federal, incrementando a participação dos COREDES na construção e implementação das políticas públicas federais;

18) Interagir com a Bancada Federal, visando ampliar a contribuição dos COREDES na formulação das políticas públicas e garantir recursos orçamentários para programas estruturantes nas regiões.

4.2 No âmbito dos COREDES

PONTOS POSITIVOS

1) Fortalecimento e reconhecimento, pela sociedade, da importância dos COREDES como fóruns de participação social e cidadã na construção do desenvolvimento das regiões e do Estado;

2) Ampliação da participação social nos COREDES, graças à ação articuladora do Fórum dos COREDES;

3) Implantação dos COMUDES na quase totalidade dos municípios do Estado;

4) Incremento e qualificação da participação social no PPP 2004;

5) Execução dos cursos de capacitação de atores sociais para o PPP;

6) Realização de eventos com os novos prefeitos e vereadores, com o objetivo de divulgar os COREDES e os COMUDES.

PONTOS NEGATIVOS

1) Falta de Plano Estratégico de Desenvolvimento na maioria dos COREDES;

2) Falta de melhor preparação e mobilização de alguns COREDES para tornar mais representativa e produtiva sua atuação;

3) A reduzida participação de segmentos comunitários, em especial dos menos organizados, dificulta a formulação de políticas públicas e projetos para apoiá-los;

4) Fortes desníveis entre os COREDES, quanto a infra-estrutura, recursos e atuação;

5) Falta de renovação das lideranças em alguns COREDES;

6) Falta de visão regional de muitos membros dos COREDES;

7) Pouca divulgação das atividades dos COREDES;

8) Ausência de muitos Presidentes de COREDES nas Assembléias e omissão em relação às deliberações do Fórum;

9) Falta de efetividade dos COREDES na execução das ações planejadas no Encontro Anual de Avaliação e Planejamento de 2004 (Carta de Torres);

10) Excessiva dependência de alguns COREDES em relação ao Fórum e ao Governo;

11) Representação corediana em órgãos e instituições, de natureza pessoal, ao invés de institucional;

12) Inexistência de Comissões Setoriais em muitos COREDES;

13) Envolvimento excessivo dos COREDES com o PPP, em prejuízo de sua missão primeira de articuladores do desenvolvimento regional;

14) Dificuldade de assimilação do ideário corediano pelos COMUDES;

15) Desmobilização e desarticulação de muitos COMUDES, especialmente devido à sucessão no comando dos municípios.

SUGESTÕES

1) Revisão e ou elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento, em cada COREDE;

2) Reforço do caráter regional dos COREDES, através de seminários, dias de estudos, palestras, cursos;

3) Realização de cursos de capacitação de atores sociais em áreas vinculadas ao desenvolvimento local/regional;

4) Participação dos COREDES no debate de temas estruturais para o desenvolvimento;

5) Participação mais efetiva dos presidentes de COREDES nas atividades do Fórum e nas demais de âmbito estadual;

6) Comprometimento das diretorias executivas dos COREDES com as deliberações coletivas, visando manter a unidade de concepção e de ação;

7) Incremento da divulgação do papel estratégico dos COREDES e COMUDES, bem como dos princípios que os orientam;

8) Revisão do estatuto dos COREDES, ampliando sua representatividade, através de maior participação da sociedade organizada da região;

9) Fortalecimento dos COMUDES e sua implantação nos municípios onde não existam;

10) Divulgação dos projetos da Consulta Popular e de outros voltados ao desenvolvimento local/regional, a ser realizada pelos COMUDES nas respectivas comunidades;

11) Reforço a uma relação efetiva com os novos prefeitos e vereadores;

12) Pressão sobre o Governo do Estado, inclusive com mobilização social, para execução do orçamento e, especialmente, dos projetos da Consulta Popular;

13) Fortalecimento da organização e funcionamento das Comissões Setoriais dos COREDES, envolvendo também secretários municipais das áreas específicas;

14) Comprometimento das instituições regionais e municipais para viabilizar infra-estrutura para os COREDES e COMUDES;

15) Busca de interiorização das reuniões do Fórum dos COREDES.